

ENTRETEXTOS. Londrina, v.25, n. 2, 2025. Especial.
ISSN 1519-5392 UEL
DOI: 10.5433/1519-5392.2025v25n2p64-85

Crenças em Linguística Aplicada: o que pensa a “linguística do senso comum”?

Beliefs in applied linguistics: what “common sense linguistics” thinks?

Creencias en Lingüística Aplicada: ¿qué piensa la “lingüística del sentido común”?

Adriene Ferreira de Mello¹

 000-0001-9373-7009

Jéssica Marques da Costa Tostes²

 0000-0002-0305-0084

Maria da Penha Tavares das Vestes³

 0009-0003-2405-4329

Janaína Cardoso⁴

 0000-0003-2974-6546

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar os comentários de leigos em uma postagem da rede social Facebook sobre a oposição entre linguística e gramática, a partir do conceito de crenças em Linguística Aplicada, doravante LA, (Barcelos, 2004, 2007) e do que se pode definir como ‘metalinguagem cotidiana’ (Fiorin, 2004). Como objetivos específicos, pretende-se observar a manifestação de preconceitos linguísticos (Bagno, 2015) que convergem em exclusões, segregações e humilhações por meio da linguagem. A metodologia selecionada é, inicialmente, a pesquisa bibliográfica para discussão dos temas em foco, e, posteriormente, passa-se à análise exploratória dos comentários, a partir de critérios de embasados nos estudos sobre crenças em LA (Bagno, 2015; Fiorin, 2004) e outros, cujos resultados serão sistematizados em quadros sinóticos. As análises empreendidas mostraram que as falas de leigos e leigas, principalmente ligadas às crenças

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos e da Língua Portuguesa (PPGLILP – UERJ). E-mail: adriene.mello@hotmail.com.

² Doutoranda em Estudos Linguísticos e da Língua Portuguesa (PPGLILP - UERJ). E-mail: jessicamtostes@gmail.com.

³ Doutoranda em Estudos Linguísticos e da Língua Portuguesa (PPGLILP - UERJ). E-mail: mapetaves@gmail.com.

⁴ DipRSA (Royal Society of Arts – Universidade de Cambridge). Doutora em Estudos Linguísticos (UFF). Professora Associada e Diretora do Instituto de Letras da UERJ. E-mail: janascardoso1@gmail.com.

normativas, evidenciam práticas educacionais com as quais tiveram contato no processo de aprendizagem moldaram a percepção sobre o que é língua.

PALAVRAS-CHAVE: linguística aplicada; crenças; preconceito linguístico.

ABSTRACT: The aim of this study is to analyze the comments of laypeople on a Facebook post regarding the opposition between linguistics and grammar, based on the concept of beliefs in Applied Linguistics (AL) (Barcelos, 2004, 2007) and what can be defined as 'everyday metalanguage' (Fiorin, 2004). Specific objectives include observing the manifestation of linguistic prejudices (Bagno, 2015) that result in exclusions, segregation, and humiliation through language. The methodology initially involves a bibliographic review to discuss the key themes, followed by an exploratory analysis of the comments based on criteria drawn from studies on beliefs in AL (Bagno, 2015; Fiorin, 2004) and others, with results being systematically organized in synoptic tables.

KEYWORDS: applied linguistics; beliefs; language teaching.

RESUMEN: El objetivo de este estudio es analizar los comentarios de personas no especialistas en un post de la red social Facebook sobre la oposición entre lingüística y gramática, desde la perspectiva de las creencias en Lingüística Aplicada(LA), (Barcelos, 2004, 2007) y el concepto de que se puede definir como “metalenguaje cotidiano” (Fiorin, 2004). Como objetivos específicos se busca observar la manifestación de prejuicios lingüísticos (Bagno, 2015) que convergen en exclusiones, segregaciones y humillaciones a través del lenguaje. La metodología seleccionada es, inicialmente, una investigación bibliográfica para discutir los temas en foco, y, posteriormente, un análisis exploratorio de los comentarios, utilizando criterios basados en estudios sobre creencias en LA (Bagno, 2015; Fiorin, 2004) y otros). Los resultados serán sistematizados en cuadros sinópticos para su sistematización

PALABRAS CLAVE: lingüística aplicada; creencias; prejuicio lingüístico.

Introdução

Desde o advento dos estudos linguísticos, na segunda metade do século XX, são frequentes as discussões que contrastam o ensino de línguas nos moldes tradicionais com os novos postulados da Linguística, em especial da Linguística Aplicada (LA). Nessas oposições, emergem duas perspectivas: aqueles que consideram a Linguística uma “vilã” em oposição ao ensino tradicional, principalmente porque seu caráter científico tende a questionar práticas educacionais consolidadas; e, por outro lado, aqueles – geralmente, cientistas da linguagem – que criticam a abordagem tradicional, em grande parte por suas definições lacunares, as quais não abarcam os fenômenos da língua em uso.

No contexto brasileiro, as visões do primeiro grupo refletem crenças instituídas e perpetuadas ao longo dos anos pela força do paradigma gramatical, o

qual não se restringe ao espaço escolar ou acadêmico. Os leigos – ou seja, aqueles que não estudam a linguagem em nenhuma de suas vertentes, mas são falantes do idioma português –, muitas vezes, opinam sobre fatos linguísticos, questionando a validade do que a ciência postula, a fim de determinar “certo” e “errado” para fenômenos complexos. Estes, por sua vez, encontram respostas dos linguistas – o segundo grupo – que buscam convencer a sociedade de que a ciência da linguagem vai muito além de rótulos ou classificações fechadas e estanques.

Percebe-se, desse modo, a existência de uma ‘linguística do senso comum’ (Fiorin, 2004), baseada em opiniões a respeito da linguagem e do que seria ensinar a língua, cujos defensores são leigos influenciados por crenças derivadas de suas experiências diretas nos ambientes educacionais. Porém, até que ponto os postulados dessa natureza merecem a relevância de pesquisas científicas, uma vez que estão arraigados a visões empíricas? Fiorin (2004) aponta que precisamos investigar tais crenças quando suas ideias representarem perigos de natureza ideológica ou manifestarem preconceitos de qualquer espécie por meio da linguagem.

Nessa ótica, justifica-se a pertinência deste estudo, cujo objetivo é analisar os comentários de leigos em uma postagem da rede social *Facebook* sobre a oposição entre *linguística* e *gramática*, a partir do conceito de crenças em Linguística Aplicada, doravante LA, (Barcelos, 2004, 2007) e do que se pode definir como “metalinguagem cotidiana” (Fiorin, 2004). O intento é observar a manifestação de preconceitos linguísticos (Bagno, 2015) que convergem em exclusões, segregações e humilhações por meio da linguagem.

De forma mais específica, pretende-se investigar como as crenças se avultam contra a linguística como ciência e os impactos de posicionamentos leigos para o ensino e a aprendizagem de línguas na atualidade. Assim, na primeira seção, discute-se o conceito de crenças em LA (Barcelos, 2004, 2007; Silva, 2005) e explica-se a ideia de ‘linguística do senso comum’ e ‘metalinguagem cotidiana’ (Fiorin, 2004; Rajagopalan, 2004). Depois, passa-se à análise dos comentários sob a ótica de critérios definidos a partir de Bagno (2015) e Fiorin (2004), e finaliza-se com explanações acerca dos impactos das crenças em LA para o ensino e aprendizagem

de línguas.

Crenças em Linguística Aplicada e a ‘linguística de senso comum’

Crenças são inerentes à natureza humana. Todos acreditam em alguma coisa, movidos por experiências e reflexões acerca das interações humanas em diferentes contextos. Por isso, o estudo das crenças tem um caráter social e pode se revelar complexo e confuso. No que concerne ao estudo das crenças em Linguística Aplicada (LA), de acordo com Barcelos (2004) – referência central sobre o tema no Brasil –, o interesse foi movido pela mudança de concepção no papel da língua e da linguagem e pela visão de aprendiz como um ser completo, ou seja, que traz consigo bagagens comportamentais, cognitivas, afetivas, sociais, experienciais, estratégicas e políticas. Trata-se de uma contribuição da abordagem comunicativa de ensino, para a qual as experiências e os conhecimentos prévios dos estudantes importam.

Em razão de sua perspectiva social, é complexo traçar uma definição estanque para as “crenças”, em especial porque esse conceito não tem sua origem primária na área da Linguística, mas foi incorporado pelo ramo com o objetivo de investigar ideias que influenciam a aprendizagem de línguas, a respeito do que é linguagem, do que é o ensino de línguas e dos aspectos pertinentes à linguagem e à aprendizagem (Barcelos, 2004). Assim, é importante estudar as crenças, porque permitem (i) compreender melhor as ações ou o comportamento dos aprendizes; (ii) observar as diferentes abordagens e métodos dos professores; (iii) evitar conflitos de crenças entre professor e alunos; (iv) contribuir com a formação docente, de modo que façam escolhas e tomem decisões mais assertivas, condizentes com a sua formação teórica (Barcelos, 2007). Sinaliza-se, pois, que a noção de crença que subjaz essa pesquisa é a mesma adotada por Silva (2005, p. 77, grifo nosso):

Entendemos crenças no ensino/aprendizagem de línguas como *ideias ou conjunto de ideias* para as quais apresentamos graus distintos de adesão (conjecturas, ideias relativamente estáveis, convicção e fé). As crenças na teoria de ensino e aprendizagem de línguas são essas ideias que tanto alunos, professores e terceiros têm a respeito dos processos de ensino/aprendizagem de línguas e

que se (re)constrói neles mediante as suas próprias experiências de vida e que mantêm por um certo período de tempo. É importante ressaltar que à medida que se (re)constroem através da interação social, as *crenças estão em constante transformação, assumindo, portanto, um caráter dinâmico de sensibilidade aos contextos*.

Pela definição explicitada, percebe-se que não só professores e alunos podem ter crenças relativas à linguagem, mas também “terceiros”, dentre os quais, nesta pesquisa, consideram-se também leigos e leigas que participam de discussões a respeito de fenômenos da linguagem, manifestando opiniões por vezes preconceituosas e passíveis de análise. Esses, por sua vez, fundamentam suas crenças a partir de experiências prévias que tiveram nos ambientes escolares e em suas práticas educacionais (Fiorin, 2004). A caracterização desses sujeitos será melhor desenvolvida a seguir; antes, porém, é preciso discorrer sobre o caráter mutável das crenças no âmbito da linguística.

Sobre isso, é preciso dizer que crenças podem ser: *dinâmicas*, posto que mudam ao longo do tempo e também diante de novas situações que as reconfiguram; *emergentes*, isto é, ressignificadas em face das novas experiências que se constroem no *contexto situacional* e, por isso, também *experienciais*; *mediadas*, pois servem como instrumentos reguladores da aprendizagem e da resolução de problemas; *paradoxais* e *contraditórias*, pois podem ser individuais e, ao mesmo tempo, compartilhadas; *relacionadas indiretamente às ações*, já que nem sempre as pessoas agem conforme o que acreditam; e, por fim, *próximas do conhecimento*, que pode transformá-las a partir do momento em que é ampliado (Barcelos, 2007).

No processo de ensino e aprendizagem de línguas, não é interessante julgar as crenças, mas entender como influenciam a construção do saber pelo aluno e as ações dos professores. Na visão de Barcelos (2004), deve-se, em sala de aula, oportunizar momentos de reflexão que levem os discentes ao questionamento de crenças já arraigadas e, nos cursos de formação de professores, instruí-los a lidar com a diversidade de crenças existentes. Além disso, acredita-se que, na formação dos professores, é necessário instigar “momentos catalisadores” para que os futuros

docentes também possam contestar crenças movidas por experiências educacionais anteriores e passíveis de mudança diante de conhecimentos científicos que as desconstroem ou, ao menos, levem à mudança gradativa (Barcelos, 2007).

No entanto, como promover essa ponderação em leigos e leigas que não ocupam os bancos escolares ou os ambientes acadêmicos de pesquisa? Acredita-se que esses “[...] gatilhos promotores de problemas, dúvidas, ou perguntas que geram uma consciência da crença existente e seu possível questionamento no dizer e no fazer” (Barcelos, 2006, p. 26) surgem do debate de questões polêmicas, as quais atraem atenção e opinião dos que compõem a ‘linguística de senso comum’.

Um exemplo significativo de momentos assim é a discussão acalorada que se deu em meados dos anos 2000 a respeito dos estrangeirismos e colocou em pauta as crenças de leigos e leigas a respeito dos fenômenos da linguagem. Trata-se do debate que se instaurou a partir do projeto de lei de Aldo Rebelo, elaborado com vistas a “[...] coibir a penetração em larga escala de palavras do inglês no vocabulário do português” (Silva, 2004, p. 7). A discussão sobre os estrangeirismos⁵ rendeu momentos catalisadores que envolveram políticos, linguistas, gramáticos, leigos e leigas e outros interessados em ‘defender a língua portuguesa’, em quaisquer dos lados assumidos no debate. Em face dessas problematizações, Silva e Rajagopalan (2004) organizaram uma obra que reuniu vozes diferentes para discutir um texto de Rajagopalan (2004), publicado anteriormente, sobre o projeto de Rebelo, que em até certo ponto culpabilizava o ramo da Linguística pela existência de ideias infundadas e tomadas como verdades por “defensores do idioma”.

Neste texto, Rajagopalan afirmava que a presença dos linguistas no debate era “quase nula” e que suas reações se resumiram majoritariamente a “comunicações em encontros acadêmicos e publicações ocasionais em revistas científicas e anais de congressos de limitada circulação” (Rajagopalan, 2004, p. 27). De acordo com o autor, a linguística muitas vezes “falha” como ciência e “nos deixa na mão” em casos polêmicos como estes, pois os linguistas costumam deixar de

⁵ Como exemplos dos resultados desse debate, pode-se citar a obra organizada por Silva e Rajagopalan (2004), além de outros projetos de lei que seguiam a mesma perspectiva e das diferentes palestras, artigos e publicações acerca da temática, organizados, a título de exemplo, pela ABRALIN, pela Academia Brasileira de Letras, pelo Jornal Folha de São Paulo e outros.

lado as opiniões de pessoas comuns sobre a linguagem e, por conta desse distanciamento, sentem-se perdidos quando precisam defender causas de relevância e urgência social e política (Rajagopalan, 2004). Ademais, defende: “Política e planejamento linguísticos são áreas em que os envolvidos dificilmente podem ignorar o que *as pessoas comuns ‘nas ruas’* sentem e pensam” (Rajagopalan, 2004, p. 35, grifo nosso).

Essa atitude crítica de Rajagopalan à Linguística e, consequentemente, aos linguistas gerou opiniões controversas, reunidas em Silva e Rajagopalan (2004), como o texto intitulado *Vox populi, vox dei?*, de Fiorin (2004), em que o linguista tece ponderações sobre a relação dos leigos com a língua e, em uma primeira análise, concorda com o fato de que os estudiosos da língua se isolam e desqualificam as preocupações de pessoas comuns com a linguagem, contribuindo para a idolatria aos ‘consultórios gramaticais’. Além disso, afirma que “[...] muitos linguistas têm negado [a] realidade histórica [das línguas] e, irresponsavelmente, apregoam que não é preciso ensinar a chamada norma culta” (Fiorin, 2004, p. 108).

Consequentemente, o autor mostra que isso abre espaço para que surjam ‘defensores’ da língua, os quais, sem embasamento teórico, “[...] decretam ou arbitram o que se pode e o que não se pode dizer”, além de “[...] perpetuar crenças sobre o desempenho linguístico dos falantes” (Fiorin, 2004, p. 108). É esse grupo que engendra a chamada ‘linguística do senso comum’, pautada em uma “[...] *metalinguagem cotidiana*, que produz uma *linguística espontânea*, constituída das *ideias de língua que têm os falantes comuns*, ideias que se traduzem em *julgamentos de valor*” (Fiorin, 2004, p. 109, grifo nosso).

Os ‘julgamentos de valor’ disseminados pelos integrantes da ‘linguística do senso comum’ são revestidos de valores afetivos, estéticos, ideológicos e políticos e, por essa razão, possuem uma estreita relação com crenças de linguagem e seu caráter social. Fiorin menciona ainda os três tipos de atitudes dos falantes para com a língua: (i) explicativa – tentativas de teorizações, procura de explicações; (ii) apreciativa – julgamentos sobre a lógica, clareza, simplicidade e dificuldade desta ou daquela língua; (iii) normativa – fatos julgados em termos de certo/errado, opondo-se a todas as formas de ‘corrupção’ da língua (Yaguello *apud* Fiorin, 2004).

Portanto, é pertinente investigar como essas atitudes se manifestam nas opiniões de leigos a respeito da língua portuguesa, tarefa justificada pela explicação de Fiorin (2004, p. 110) para quando é necessário que o linguista se preocupe com as visões de senso comum: “estudar essa metalinguagem cotidiana é um trabalho muito importante, pois ela pode informar-nos muito sobre a natureza da linguagem e sobre os fantasmas linguísticos de cada época”. Quais seriam, então, os ‘fantasmas linguísticos’ do presente momento de escrita deste artigo? É em busca dessa resposta que na próxima seção será desenvolvida uma análise exploratória de comentários de rede social, tecidos na maioria dos casos por pessoas que compõem a ‘linguística de senso comum’, a fim de localizar posicionamentos preconceituosos, que culminam em exclusões, segregações e humilhações pela linguagem.

Análise do *corpus*

A internet é um amplo campo para fomentar pesquisas linguísticas, porque, para o indivíduo comum, é mais confortável expor opiniões muitas vezes conflitantes ou fora do senso comum através de uma tela. Nesse contexto, a presente pesquisa utiliza comentários do *Facebook* como *corpus* para análise de crenças dos brasileiros acerca do ensino aprendizagem de línguas, com foco nas crenças sobre o português como língua materna.

Para isso, selecionou-se a página *Língua Portuguesa* (*Língua [...]*, 2019), criada em 11 de agosto de 2011 e descrita apenas como um local dedicado à divulgação da Língua Portuguesa, onde usuários podem compartilhar dúvidas e conhecimentos, polindo seu idioma, como aponta o *slogan*: “Junte-se a nós. Fale e escreva corretamente” (Figura 1). Sob essa ótica, o usuário pode inferir que este é um espaço para discutir o lado mais normativo da língua, haja vista que há um chamado para o falar corretamente dentro dos padrões normativos. Atualmente, somente no *Facebook*, a página possui mais de dois milhões de curtidas e já soma também mais de dois milhões de seguidores até fevereiro de 2024. Logo, é possível afirmar, segundo os números performados, que a página apresenta grande

popularidade e que as informações compartilhadas naquele espaço têm algum impacto na construção do imaginário da Língua Portuguesa.

As leituras empreendidas sobre as crenças em linguística aplicada, mais especificamente, sobre as crenças relativas ao português como língua materna nos levaram a sistematizar os principais mitos evidenciados no Quadro 1. A partir dessa sistematização inicial, será desenvolvida a análise dos comentários e, logo em seguida, faz-se uma segunda sistematização para resumir as crenças de leigos e leigas.

Quadro 1 – Mitos e Crenças Linguísticas

MITOS/CRENÇAS	EXPLICAÇÃO	REFERÊNCIA
<i>A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente</i>	Trata-se do não reconhecimento da verdadeira diversidade do português falado no Brasil; por conta dele, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os brasileiros.	Bagno, 2015
<i>Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português</i>	Formulação associada à crença de que os portugueses são os verdadeiros “donos” da língua, enquanto nós a utilizamos mal e apenas por “emprestimo”. Na verdade, são simplesmente diferenças de uso – e diferença não é deficiência nem inferioridade.	Bagno, 2015
<i>Português é muito difícil</i>	Essa crença é construída no imaginário brasileiro, porque nas escolas temos que decorar conceitos e fixar regras que não correspondem aos usos reais, vivos e verdadeiros da língua, levando à crença de que tudo o que sabemos é “errado” e o “certo” é o difícil que se aprende na escola.	Bagno, 2015
<i>As pessoas sem instrução falam tudo errado</i>	A visão de que qualquer manifestação linguística que escape do triângulo ‘escola-gramática-dicionário’ é “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” ou, simplesmente, “isso não é português”. Na verdade, as pessoas sem instrução não falam “tudo errado”, mas falam um português que contraria a tríade mencionada em muitos casos por falta de acesso aos seus elementos.	Bagno, 2015
<i>É preciso saber gramática para falar e escrever bem</i>	Crença associada às experiências escolares de leigos e leigas, mas também de gramáticos, professores, alunos e outros agentes escolares, de que o conhecimento gramatical é pré-requisito para a “boa escrita”. Por isso, é comum que os pais de alunos cobrem dos professores o ensino dos “pontos” de gramática tais como eles próprios os aprenderam em seu tempo de escola. Trata-se, assim, de uma “crença de estimação”, conforme aponta Barcelos (2007), cuja mudança é verdadeiramente complicada.	Bagno, 2015
<i>O domínio da norma</i>	Crença que facilmente é contestada se pensarmos que não adianta mudar a “forma de falar” de uma	

<i>culta é um instrumento de ascensão social</i>	pessoa para que ela seja bem-sucedida. Para garantir ascensão social aos indivíduos, é necessário transformar toda a sociedade, reduzindo desigualdades profundas, sem a promessa hipócrita de que pelo domínio da língua o indivíduo passará a ser “alguém na vida”.	Bagno, 2015
<i>A mudança linguística é vista como decadência ou progresso</i>	Trata-se da crença de que manter a língua portuguesa presa aos moldes gramaticais que determinavam o certo/errado de outros tempos é o que vai “salvá-la” da corrupção. Ou seja, as influências culturais que impactam a língua devem ser desconsideradas para que o idioma não entre em decadência.	Fiorin (2004)

Fonte: criado pelas autoras, com base em Bagno (2015) e Fiorin (2004).

Em acréscimo a essas categorizações, destaca-se que todas as crenças apresentadas correspondem a “atitudes normativas” (Yaguello *apud* Fiorin, 2004) perante a língua, nas quais os falantes se opõem a formas de “corrupção” da língua, claramente confundida com a gramática normativa. Assim, o que foge à regra gramatical é “erro”, “é feio”, “é estranho”, “deve ser corrigido e padronizado”. Em face dessas constatações, passa-se à análise dos comentários escolhidos.

Na postagem selecionada, um debate sobre o “conceito de erro” é posto em voga (Figura 1), segundo a concepção de gramáticos e de linguistas. No entanto, não há qualquer tipo de direcionamento para a discussão: a informação é lançada para que os indivíduos comentem abertamente suas opiniões.

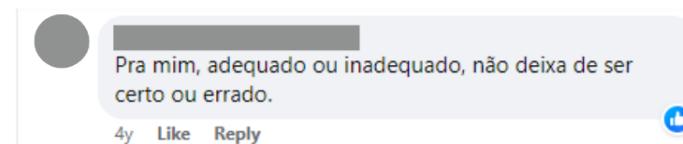
Figura 1 – Postagem analisada



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Para um estudioso da Língua Portuguesa, a questão postulada na imagem sobre “certo e errado, adequado e inadequado” não se trata de um conflito direto, pois, mesmo para aqueles mais atrelados à norma, há a consciência da mobilidade da língua enquanto um organismo vivo, modificada por diversas questões socioculturais; em contrapartida, tal informação não é comumente discutida entre os leigos. Assim, a população, em sua maioria, tem contato mais expressivo com a ideia normativa sobre a língua do que com a visão da Linguística, discutida em ambientes universitários específicos. Além disso, o próprio preconceito incorre na condenação das inadequações linguísticas, conforme apontado no Comentário 1 – Figura 2 –, em que o usuário considera que as inadequações presentes na língua não são produtivas, mas uma decadência, isto é, a visão da língua permanece dentro da estrita e engessada caixa do certo e errado.

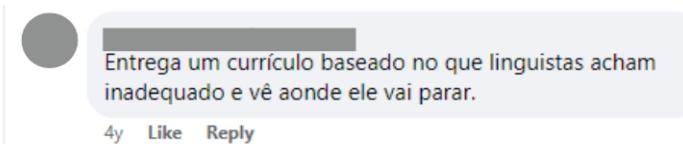
Figura 2 – Comentário 1



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Além disso, conforme observado no Comentário 2 (Figura 3), a língua ainda é vista como um meio de ascensão social, em que ofertas de oportunidades de trabalho estariam diretamente relacionadas às falas normativas da língua portuguesa.

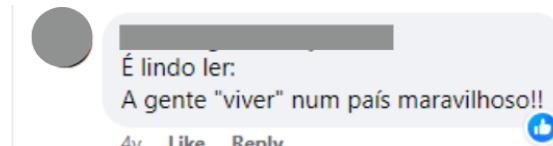
Figura 3 – Comentário 2



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

No Comentário 3, Figura 4, por sua vez, retoma-se a ideia internalizada de que o português falado no Brasil apresenta algum tipo de inferioridade (Bagno, 2015). Depreende-se também que, ao relacionar o uso gramaticalmente incorreto do infinitivo entre aspas, o usuário demonstra desprezo pelas normas populares brasileiras e coloca em voga o desprezo pelo próprio país, em um tipo de complexo de vira-lata, muito comum nas opiniões de senso comum.

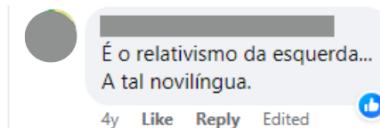
Figura 4 – Comentário 3



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Já o Comentário 4 – Figura 5 – representa uma visão completamente politizada em relação à língua. O usuário relaciona a Linguística às questões políticas da sociedade de tal forma que institucionaliza a visão linguística à visão política de esquerda, responsável por deturpar a língua. Ademais, também utiliza um curioso neologismo, a palavra “novilíngua”, para fazer referência ao, na época ex-presidente, hoje atual, Luiz Inácio Lula da Silva. Apontamos que o usuário não faz uso de aspas para indicar neologismo o que, segundo a gramática normativa, também estaria ‘errado’.

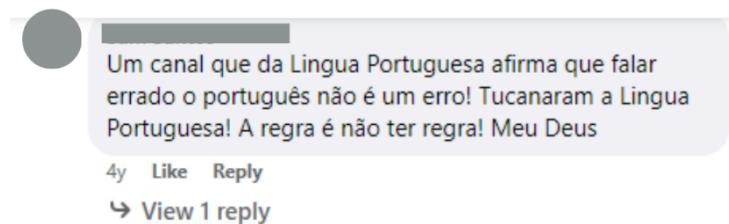
Figura 5 – Comentário 4



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Outra questão amplamente debatida ao falar de línguas é a ideia de unidade linguística: não existe apenas um português, o português são vários, e a fala inadequada representa também uma das variedades desse idioma. O usuário no Comentário 5, Figura 6, por exemplo, destaca que é um ‘absurdo’ um canal de Língua Portuguesa afirmar que falar errado não é um erro. No entanto, a postagem não faz qualquer afirmação, trata-se apenas de um *post* com dois pontos de vistas diferentes; isso por si já denota um lapso de interpretação textual.

Figura 6 – Comentário 5

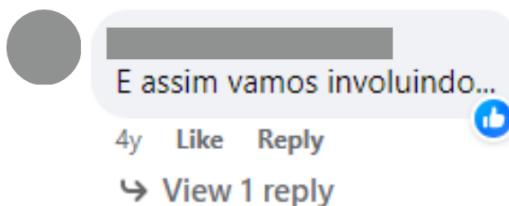


Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Outro ponto relevante a ser discutido é a visão dos leigos de que a Linguística

procura deteriorar a língua, ou seja, as mudanças da língua são deturpações – Comentário 6, Figura 7 – e não um fenômeno natural. Na verdade, a Linguística como ciência se propõe apenas a observar, descrever e discorrer sobre os fenômenos presentes nas línguas (Fiorin, 2004). Não há apelo para que a gramática não seja ensinada, pelo contrário: o que a Linguística busca é a ampliação e a diversificação de análises deste quadro.

Figura 7 – Comentário 6



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

O usuário do Comentário 7, Figura 8, descreve um estereótipo muito reproduzido entre a linguística do senso comum: a ideia de que algumas pessoas, mesmo os gramáticos, falam um português puramente padrão e normativo, bem como a ideia de que as variações são erros e não parte da evolução natural da língua. A questão representa puramente um preconceito linguístico, pois marginaliza falas que não pertencem à elite. O grupo considerado, portanto, de ‘elite’ passa a reproduzir tais padrões linguísticos, a fim de se afastar de estigmas.

Figura 8 – Comentário 7

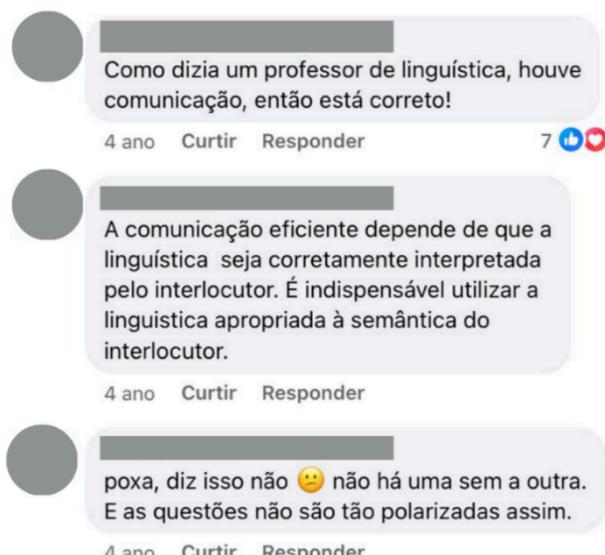


Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Em face de comentários preconceituosos e baseados em crenças da linguística do senso comum, é possível acreditar que a ciência da linguagem não tem cumprido o seu papel de difundir aquilo que é realmente verdade, refutando mitos tão enraizados. De fato, é difícil fazer chegar as constatações teóricas ao

público leigo, mas alguns comentários da mesma postagem (Figura 9) permitem acreditar que, a passos lentos, a Linguística vem ganhando seu espaço.

Figura 9 – Comentários positivos



Fonte: reprodução Facebook – Língua Portuguesa (Língua [...], 2019).

Por mais que tais comentários, provavelmente, tenham partido de estudiosos da Linguística que tentavam fazer valer seus posicionamentos – comprovados cientificamente – no debate que se instaurou, o fato de ter pessoas defendendo o lado oposto às crenças difundidas é positivo. Talvez isso revele um espaço a ser ocupado pelos linguistas que possuem o intento de atingir mais facilmente os “leigos”: as redes sociais, espaço frutífero à exposição de opiniões que podem contribuir para a desconstrução de crenças.

Diante das análises desenvolvidas, sistematizam-se os resultados obtidos no Quadro 2, em que se avultam as principais crenças de leigos e leigas da linguística do senso comum com relação à língua materna.

Quadro 2 – Sistematização de Resultados: crenças de leigos

CRENÇA	EXPLICAÇÃO	CATEGORIZAÇÃO
Preconceito linguístico com	Em muitos comentários analisados, percebe-se que o teor da crença subjaz o preconceito linguístico e também remete a preconceitos sociais, mascarando	Crença

<i>variedades marginalizadas</i>	visões do senso comum a respeito do falar de minorias desprestigiadas.	<i>sociocultural</i>
<i>Visão da língua como ferramenta de ascensão social</i>	O uso da língua conforme prega a gramática normativa é visto como um pré-requisito para ocupar posições de destaque na sociedade. Por isso, é inadmissível que alguns profissionais cometam ‘erros’, à medida que isso pode ser visto como falta de competência.	<i>Crença sociocultural</i>
<i>Superioridade linguística por fala padronizada da elite</i>	A norma-padrão, enquanto variação prestigiada, é o que a elite busca alcançar. Ainda que no falar seja quase impossível seguir em todos os aspectos essa variante, essa é a condição para que o português seja homogêneo e digno de orgulho para seus falantes. É dessa crença que derivam as comparações com o português de Portugal ou a ênfase de que alguns lugares do país possuem uma fala mais adequada.	<i>Crença de purismo linguístico/ antinacionalismo</i>
<i>Na linguística não tem regras, é um vale tudo</i>	Essa crença está associada à falta de conhecimento sobre a ciência linguística e, para aqueles que apregoam um valor imensurável à gramática, a Linguística é vista como uma ameaça, um perigo para a aprendizagem escolar, a qual deixará de apontar o certo e o errado, pois não terá mais regras. Assim, a visão linguística representa risco ao bom falar do idioma português, um perigo também ao símbolo de identidade nacionalista: a língua.	<i>Crença de purismo linguístico/ antinacionalismo</i>

Fonte: criado pelas autoras.

Em síntese, pode-se dizer que essas sistematizações confirmam diretamente a visão de Barcelos (2007) a respeito das crenças: são dinâmicas, emergentes, experienciais, paradoxais e contraditórias, relacionadas à ação e próximas do nível de conhecimento. Para mostrar, portanto, como tais visões afetam o ensino e aprendizagem de línguas, parte-se das categorizações feitas no Quadro 2 para organizar a próxima seção.

As crenças e o ensino de línguas

Barcelos (2001) destaca que, apesar da diversidade de definições e nomes utilizados para descrever crenças, há um consenso de que fatores inter-relacionados atuem na formação de crenças linguísticas. Ao tratar dos impactos gerados por tais ocorrências, limitamo-nos à discussão de alguns dos fatores em duas categorias observadas no *corpus* desta pesquisa, as quais se enquadram em atitudes

normativas (Yaguello *apud* Fiorin, 2004): (i) crenças socioculturais e (ii) crenças de purismo linguístico e antinacionalismo.

Atitudes normativas: crenças socioculturais

Historicamente, até meados do século XX, o ensino de línguas estava fortemente centrado na norma culta, com foco principal na reprodução perfeita da gramática, na correção formal e constrangedora da fala e da linguagem escrita. Esse momento histórico, apesar de não mais vigente, deixou marcas nos indivíduos que constantemente se baseiam em suas experiências pregressas na aprendizagem para opinar sobre a língua e o ensino, o que impacta diretamente na aceitabilidade de novas ideias e recursos e contribui para a manutenção de hábitos que pouco ajudam no desenvolvimento linguístico. Este fato contrasta diretamente com a natureza viva e flexível da língua: não há como impor rigidez normativa a um objeto que por si próprio existe na mudança, na variação.

Sobre isso é comum ouvir, por exemplo, a crença purista, relacionada à atitude normativa de que o português é *extremamente difícil* – fator que pode ser aplicado a qualquer língua –, a qual se apoia em vários aspectos, como a correção gramatical rigorosa, em que se espera do indivíduo a correspondência de fala e escrita exatamente como dita a norma gramatical, divergindo da linguagem utilizada no seu dia a dia. Assim, no contexto de ensino e aprendizagem da língua, o aluno pode se tornar um refém da norma e desenvolver transtornos, desmotivação e ansiedade, pois a correção rigorosa poda o aluno (Almeida Filho, 2002). O medo de errar faz que ele se torne um participante menos ativo na experimentação da língua, fator essencial tanto para fixação de regras gramaticais quanto para a aprendizagem de uma segunda língua.

Ao forçar o aprendiz a produzir apenas uma variedade da língua, conforme disposto no comentário da Figura 3, perde-se um dos principais fatores naturais da língua: a criatividade (Almeida Filho, 2002). A linguagem é uma forma de expressão criativa, em que se explora, descobre e experimenta a língua. A ausência desse

ponto descontextualiza as situações comunicativas, isto é, o aprendiz pode compreender regras gramaticais, mas utilizará uma língua plástica, sem aplicação em diferentes contextos. Em suma, não é *preciso saber a gramática para falar bem*. O falar é aprendido no uso da língua e não na rigidez das regras gramaticais, as quais podem auxiliar os indivíduos em contextos específicos, mas não necessariamente são determinantes, nem mesmo para galgar postos de trabalho.

Outra crença que se coaduna à discussão elencada é a de que *as pessoas sem instrução falam errado*, observada nos comentários de leigos nas Figuras 4 e 5. A ideia segregacionista de que indivíduos devem ser inferiorizados por sua variante linguística influencia, em vários aspectos, a internalização dessa crença, afetando a autoestima e a autoconfiança do aluno, pois a fala menos prestigiada, mesmo que adequada à situação, pode sofrer diversos preconceitos de natureza gramatical ou mesmo fonética. Desse modo, instauram-se barreiras de comunicação que prejudicam e desmotivam o aluno a aprender em um ambiente saudável e seguro, além de reforçar estereótipos sociais e contribuir para a marginalização de grupos sociais, perpetuando o preconceito linguístico, principalmente em relação às variedades linguísticas desprestigiadas da Língua Portuguesa, conforme observados nos comentários 4 e 5, em que o indivíduo atribui a fala não padrão da língua portuguesa ao não ingresso no mercado de trabalho.

A crença descrita acima, assim como a ideia de que *A mudança linguística é vista como decadência ou progresso*, está presente nas Figuras 5 e 6, as quais destacam a ‘decadência’ de uma página de português em reconhecer a variação linguística. No ambiente de aprendizagem, esse fator acarreta uma extrema resistência às alterações em materiais didáticos e até mesmo em propostas de ensino, bem como na forma em que os alunos são avaliados. Ora, se o aluno está inserido em um contexto extremamente normativo, sua avaliação será nos mesmos moldes: excludente para aqueles que divergem do padrão imposto e desconexa da realidade linguística.

Em geral, as atitudes normativas desempenham um papel importante na aprendizagem de línguas. A ênfase excessiva na norma-padrão, associada a preconceitos linguísticos pode criar barreiras significativas para os aprendizes, como

inibição oral e escrita, desmotivação, discriminação, limitação linguística, construção de estereótipos que impactam negativamente na autoestima dos alunos. Destaca-se, por fim, que não nos opomos ao ensino da gramática normativa, mas à ausência de progressão em alguns segmentos que ainda se mantém reféns dos métodos educacionais aplicados em séculos passados.

Atitudes normativas: crenças de purismo linguístico e antinacionalismo

A relação entre as crenças destacadas e os fatores afetivos é um ponto amplamente discutido na literatura, no entanto, tais questões não são facilmente detectáveis (Almeida Filho, 2002). Neste estudo, entende-se, portanto, que as questões de purismo linguístico vão além da linguagem em si, pois há uma questão emocional envolvida. Tais atitudes puristas têm uma relação complexa com as crenças afetivas, enviesadas pelo modo como o indivíduo participa da sociedade. Ao afirmar, por exemplo, que *o verdadeiro português é o de Portugal* e que *o brasileiro não fala bem português*, há, para além da gramática, um sentimento de busca por aceitação da elite, de aproximação do branco, do europeu e de distanciamento do miscigenado, do brasileiro que dá origem à variação do português brasileiro.

Em sala de aula, a questão de orgulho e identidade linguística se perde quando as variedades do português não são devidamente trabalhadas, quando a gramática pura é hipervalorizada em detrimento das variantes regionais, conforme pode ser observado indiretamente nas Figuras 2, 3 e 6, em que indivíduos leigos apontam maior relevância para a ideia de certo e errado do que para o vernáculo da língua. Um efeito dessa ocorrência é que muitos aprendizes passam a sofrer de ausência de identificação e de antinacionalismo e, a fim de evitar sentimentos de insegurança e de ansiedade, criam uma visão negativa da própria língua, da mescla, da cultura e das variedades. No entanto, é justamente a mescla que torna o Brasil o que é e, se isso é descartado em nome da “pureza”, a história sociocultural brasileira é relegada também.

Além disso, a rejeição da variedade linguística do português brasileiro ou das variantes de qualquer outra língua adicional pode contribuir para a internalização de crenças linguísticas afetivas e negativas. Indivíduos podem apresentar dificuldades na fala e na escrita por medo de rejeição, o que afeta toda a vida de um aprendiz, criando uma desconexão entre o ensino e a sua realidade cultural (Barcelos, 2004).

Por fim, destaca-se que, embora o estudo possa ser uma ferramenta de ascensão social, o domínio da norma culta não garante necessariamente o sucesso profissional. Ainda que a competência linguística figure como um demarcador de escolaridade, a ascensão social e grande parte das profissões tomadas como de sucesso exigem diferentes tipos de abordagens comunicativas e a capacidade de pensamento crítico e reflexivo. Tais habilidades estão condicionadas a um ambiente educacional inclusivo, que promova consciência linguística e contribua para formar não apenas comunicadores proficientes, mas indivíduos críticos, adaptáveis e conscientes do mundo ao seu redor.

Considerações finais

O impacto das crenças em LA para o ensino e aprendizagem de línguas, conforme evidenciado no desenvolvimento deste estudo, é um tema de grande relevância, considerando que tais crenças moldam significativamente as abordagens pedagógicas e as experiências dos alunos. Além disso, a partir das análises empreendidas, é possível concluir que as falas dos leigos e leigas – ‘linguística do senso comum’ –, principalmente ligadas às crenças normativas, evidenciam que as práticas educacionais com as quais tiveram contato no processo de aprendizagem moldaram a percepção sobre o que é língua. Por serem paradigmas enraizados às visões culturais construídas, implicam em fatores emocionais mais profundos, os quais geram barreiras significativas, resultando na inibição, desmotivação, discriminação do falante.

Logo, um ponto essencial para tratar o sintoma desde a sua raiz é repensar as práticas educacionais em busca de maior inclusão e consciência acerca da diversidade linguística. Trata-se de reconhecer e valorizar as diferentes variações e

a criatividade linguística, pois o ensino de línguas não deve se basear apenas na transmissão de regras; pelo contrário, é preciso preparar os alunos para serem comunicadores proficientes, mas principalmente indivíduos críticos e conscientes do papel da linguagem na sociedade.

No entanto, para aqueles que já passaram pelo processo de aprendizagem e não puderam construir essas visões, o remédio não pode ser o mesmo, visto que não ocupam mais os bancos escolares. É preciso, então, que os linguistas assumam posicionamentos mais explícitos e didáticos onde essas crenças mais se avultam: nas redes sociais. Páginas com a divulgação dos resultados da ciência da linguagem, caso tivessem a mesma popularidade dos ‘consultórios gramaticais’, poderiam, gradativamente, desconstruir percepções equivocadas. Não queremos indicar que os linguistas, gramáticos ou todos os que ensinam e/ou estudam línguas precisam se tornar, conforme a variação popular denomina, ‘blogueiros’, mas que usem as ferramentas de acesso aos cidadãos comuns com mais produtividade. Espera-se, portanto, que, com esse estudo, a discussão sobre a ‘linguística do senso comum’ seja mais fecunda e constante, tanto na academia, quanto nos espaços de discussão populares, pois, como postulou Fiorin (2004), a ciência precisa intervir quando a língua é usada como objeto de exclusões, segregações e humilhações.

Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BARCELOS, A. M. F. Cognição de professores e alunos: tendências recentes na pesquisa de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (org.). *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 15-41.

BARCELOS, A. M. F. Crenças sobre aprendizagem de línguas, lingüística aplicada e ensino de línguas. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 123-156, jan./jul. 2004. DOI: <https://doi.org/10.15210/rle.v7i1.15586>.

BARCELOS, A. M. F. Metodologia de pesquisa das crenças sobre aprendizagem de línguas: estado da arte. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 71-92, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982001000100005>.

BARCELOS, A. M. F. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982007000200006>.

FIORIN, J. L. Vox populi, vox dei?. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (org.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 107-110.

LÍNGUA PORTUGUESA. *Conceito de erro*. Rio de Janeiro, 11 maio 2019. Facebook: linguaportuguesa07. Disponível em: <https://www.facebook.com/100067159795679/posts/3248676721812943/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

RAJAGOPALAN, K. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a línguística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo linguístico emergente no Brasil. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (org.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 11-38.

SILVA, K. A. *Crenças e aglomerados de crenças de alunos ingressantes em letras (inglês)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1600412>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, F. L. Introdução. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (org.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 7-10.

SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (org.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

Recebido em: 29 out. 2024.
Aprovado em: 08 fev. 2025.
Publicado em: 07 jul. 2025.

Revisora de língua portuguesa: Thália Mafra Diogo dos Santos
Revisora de língua inglesa: Thália Mafra Diogo dos Santos
Revisora de língua espanhola: Beatriz Grenci